

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.272 - RS (2019/0337426-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NEXT BRAZIL IMPORTACAO E COMERCIO DE
COMPONENTES PARA CALCADOS EIRELI
ADVOGADOS : HENRIQUE BREIDENBACH E OUTRO(S) - RS081848
GUILHERME OTTO DIENSTMANN - RS078220
AGRAVADO : EZEQUIEL ROBERTO MIGNONI
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado :

AGRAVO DE INSTRUMENTO. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA EM EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PRELIMINAR DE NULIDADE DA DECISÃO QUE INDEFERIU O INCIDENTE. MÉRITO. PROVA.

Inexiste nulidade por falta de fundamentação da decisão, tão somente por não acolher a tese do demandante. Decisão fundamentada. Preliminar rejeitada.

Pedido de desconconsideração da personalidade jurídica da executada, que foi objeto de decisão anterior, no processo de execução. Reiteração, agora na forma de incidente processual previsto no CPC/2015.

Requerente que não prova os requisitos específicos do desvio de finalidade, da confusão patrimonial ou da dissolução irregular da pessoa jurídica.

O fato de sócio da empresa executada ter constituído microempresa com atividade semelhante, em data não elucidada pela requerente, não autoriza presumir que tenha ocorrido sucessão empresarial ou que tenha desviado patrimônio de uma empresa para a outra, ainda que se confunda com a pessoa do sócio.

PRELIMINAR REJEITADA E AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação dos artigos 11, 344, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, alegando a ocorrência de negativa de

prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração, sem suprimento da omissão relativa à distinção entre os precedentes de Cortes Superiores e o fundamento do acórdão embargado.

Afirma que demonstrou a fraude contra credores, diante da prova da baixa do registro de atividade da empresa executada sem quitação dos débitos, bem como da demonstração de que o sócio da executada pertence ao quadro societário de outra empresa, cuja atividade econômica e área de atuação são idênticas. Fatos que configuram que há nos autos a necessária verossimilhança e coerência nas alegações apresentadas para análise na origem.

Argumenta que, diante da evidencia da probabilidade do direito, os efeitos da revelia devem incidir ao caso.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

De início, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo que se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, *"se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada"* (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2016).

Quanto à preliminar, não observo omissão no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses da agravante, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, havendo fundamentação quanto à prova dos requisitos autorizadores para desconsideração da personalidade jurídica, revelando que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Outrossim, reproduzo os fundamentos que a Corte estadual adotou para

dirimir a controvérsia (fls. 157-158, e-STJ):

O pedido feito no processo de execução continha a alegação de que, não sendo possível localizar a executada em sua sede, restando inviabilizada a penhora, e baixada de forma irregular a sociedade empresária executada, pois encerradas as suas atividades com dívidas em aberto, deveria ser deferida a desconsideração da personalidade jurídica.

Agora, as mesmas alegações são feitas pela exequente, que ajuizou incidente de desconsideração da personalidade jurídica em 5-12-2016, com fundamento nas disposições do Código de Processo Civil vigente.

As alegações são as mesmas, sem a demonstração da modificação das circunstâncias de fato.

Com efeito, a exequente sustenta que a empresa executada possuiu o mesmo objeto da ME, além de confusão patrimonial, pois o empresário individual Ezequiel é sócio da executada, que está baixada desde 01/07/2011, irregularmente.

Analisando os autos, constata-se que a pessoa física de Ezequiel Mignoni é representante legal da empresa executada Mignoni, Grando e Severo Ltda., que, segundo documento de fl. 19, teve baixa ainda em 2011.

No entanto, como bem ponderado pelo juízo de origem na decisão recorrida, o fato de sócio da empresa executada ter constituído microempresa com atividade semelhante não autoriza presumir que tenha ocorrido sucessão empresarial ou desvio do patrimônio de uma empresa para a outra.

A petição do recurso não demonstra a data da criação da segunda empresa, de modo a caracterizar a sucessão empresarial alegada.

Finalmente, não houve a demonstração da existência de outras pessoas jurídicas no nome do sócio gerente, de modo a comprovar uma prática de abertura e fechamento de pessoas jurídicas controladas pelo executado no intuito de fraude contra credores, como insinuado nas razões de recorrer.

Assim, permanecem insuficientemente demonstrados os requisitos para a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

Inexiste nos autos prova suficiente de abuso da personalidade, de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial, de modo que, por ora, deve ser reafirmada a decisão ora agravada.

Com efeito, considerando a moldura fática delineada pelo Tribunal de

origem, verifico que o acórdão recorrido se encontra em harmonia com a jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, cuja orientação é de que "*A presunção da veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, é relativa e pode ceder diante de outros elementos de convicção presentes nos autos*" (AgRg no Ag 587.279/RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJ 17/12/2004).

Confiram-se:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 168 DO CC - NÃO PREQUESTIONAMENTO. REVELIA. EFEITOS. APLICAÇÃO QUE NÃO É AUTOMÁTICA. LEGITIMIDADE DA PARTE E INEXISTÊNCIA DE DUPLA GARANTIA. CONCLUSÕES FIRMADAS COM BASE NO CONTRATO E FATOS DA CAUSA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. (...).

2. "A presunção da veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, é relativa e pode ceder diante de outros elementos de convicção presentes nos autos" (AgRg no Ag 587.279/RJ, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/11/2004, DJ 17/12/2004, p. 531).

3. O acórdão do Tribunal de origem, amparado no contexto fático-probatório da causa e na interpretação dos termos do contrato de locação, concluiu que não foi afastada a presunção de exigibilidade do título executivo, inexistiu dupla garantia, e que a parte recorrente ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da execução. Incidência, no ponto, das Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 571.534/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 2/6/2015)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE. CHEQUE. PRESCRIÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. REVELIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. ENTENDIMENTO ADOTADO NESTA CORTE. VERBETE 83 DA SÚMULA DO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. APRECIÇÃO DE PROVA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO. ART. 131 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. PRODUÇÃO DE PROVA TESTEMUNHAL.

DESNECESSIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. (...)
2. A revelia enseja a presunção relativa da veracidade dos fatos narrados pelo autor da ação, podendo ser infirmada pelas demais provas dos autos, motivo pelo qual não determina a imediata procedência do pedido.
3. A Corte estadual julgou nos moldes da jurisprudência pacífica desta Corte. Incidente, portanto, o enunciado 83 da Súmula do STJ.
4. Como destinatário final da prova, cabe ao magistrado, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da produção probatória, necessária à formação do seu convencimento.
5. Inviável o recurso especial cuja análise impõe reexame do contexto fático-probatório da lide (Súmula 7 do STJ).
6. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgRg no Ag 1237848/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 21/10/2016)

De todo modo, da leitura do excerto supracitado, percebe-se que as conclusões alcançadas pela Corte local, novamente estão em consonância com a orientação desta Corte Superior, como se depreende dos seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR E INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES. NÃO CABIMENTO. DECISÃO MANTIDA.

1. "A mera inexistência de bens penhoráveis ou eventual encerramento irregular das atividades não ensejam a desconsideração da personalidade jurídica" (AgInt no AREsp 120.965/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/5/2017, DJe 1º/6/2017).
2. Agravo interno a que se nega provimento.
(AgInt no REsp 1528021/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 4/6/2019)

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. CABIMENTO. UTILIZAÇÃO ABUSIVA. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.

7/STJ.

1. A jurisprudência desta Corte admite a desconsideração da personalidade jurídica de forma inversa a fim de possibilitar, de modo excepcional, a responsabilização patrimonial da pessoa jurídica por dívidas próprias de seus sócios ou administradores quando demonstrada a abusividade de sua utilização.

2. O reexame das circunstâncias fáticas e probatórias da causa é labor que não se coaduna com a via do recurso especial, a teor do que dispõe expressamente a Súmula nº 7/STJ.

3. Na hipótese, tanto o juízo de primeiro grau quanto o Tribunal de Justiça estadual, soberanos no exame do acervo fático-probatório dos autos, concluíram pela utilização fraudulenta do instituto da autonomia patrimonial, caracterizando o abuso de direito, o que é suficiente para justificar a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

4. Verificada a existência dos pressupostos que justificam a inversa desconsideração, revela-se desinfluyente para a adoção dessa excepcional medida o fato de a prática abusiva ter sido levada a efeito por um administrador, máxime quando este é um ex-sócio que permaneceu atuando, por procuração conferida por suas filhas (a quem anteriormente transferiu suas cotas sociais), na condição de verdadeiro controlador da sociedade.

5. Recurso especial não provido.

(REsp 1493071/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe 31/5/2016)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora